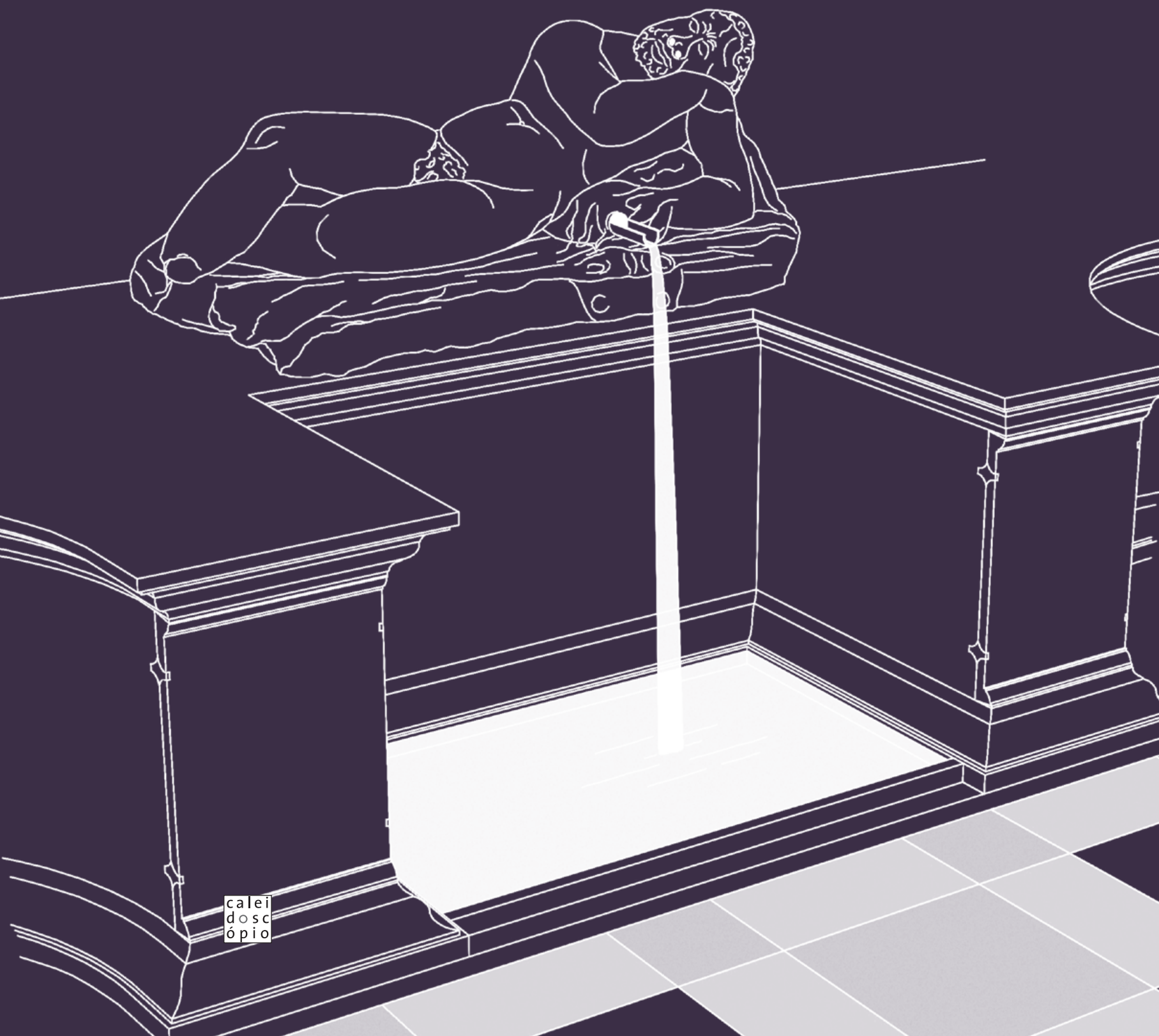
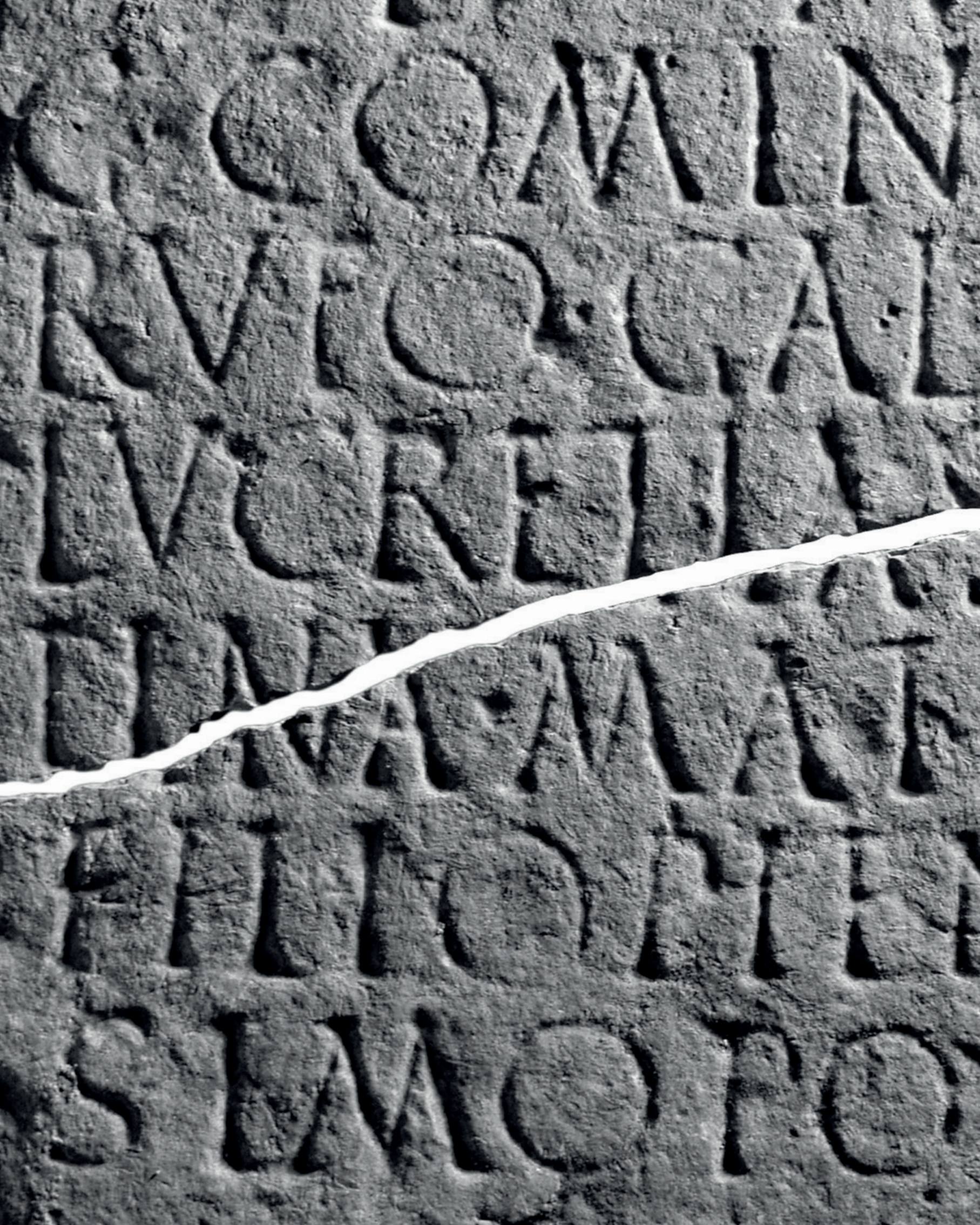


LISBOA
ROMANA — FELICITAS IULIA OLISIPO

Os monumentos epigráficos





Epigrafia romana de Mafra

CARLA MATIAS (20.01.1982-07.10.2005)

In memoriam.

O presente trabalho reúne os monumentos epigráficos conhecidos até ao momento provenientes do Concelho de Mafra, num estudo epigráfico de sistematização. No âmbito da publicação do presente volume, este texto é uma versão adaptada de um trabalho publicado no *Boletim Cultural* 2004, editado pela Câmara Municipal de Mafra em 2005. A extensão e o caráter técnico do texto original obrigaram à redução e simplificação, tendo procurado manter-se o essencial. Remetemos para aquele o leitor que queira aceder a mais detalhes, bibliográficos e outros.

As palavras são a nossa derradeira existência

[Adaptado de Al Berto, *O Anjo Mudo*]

Introdução

Face à profusão de monumentos epigráficos romanos encontrados no concelho de Mafra (na sua maioria laconicamente publicados) e às constantes ameaças de desaparecimento dos mesmos, houve necessidade de reuni-los num estudo que se pretende sucinto e simultaneamente abrangente.

Porque o estudo do património cultural deve ser sinónimo de proteção, preservação e valorização, esta compilação de epigrafia

romana não pode limitar-se a divulgar o espólio epigráfico do concelho de Mafra. Mais do que dar a conhecer, pretende-se aqui fazer despertar a necessidade de preservar e cuidar destes monumentos, assegurando a manutenção e proteção da memória cultural de um tempo e um espaço específicos e a preservação da identidade cultural desse mesmo espaço. O estudo epigráfico torna-se, portanto, determinante para o conhecimento das realidades romanas que pensaram e produziram as epígrafes conhecidas no espaço em estudo.

FIG. 9

Estela funerária de Gaio Comínio Rufo, depositada no Museu Nacional de Arqueologia (foto de Valter Ventura).

É necessário ter presente que o espaço geográfico em questão (concelho de Mafra) em época romana integrava-se, na sua maioria, num outro mais amplo definido, sobretudo, pelas suas características geográficas, agrícolas e recursos geológicos (mármore e calcário), denominado por J. Cardim Ribeiro como zona W do município olisiponense (Cardim Ribeiro, 1974-77, p. 277). Será, portanto, desadequado transpor para épocas anteriores (romana neste caso particular) circunscrições territoriais contemporâneas ou tão pouco condicionalismos atuais.

O conjunto integra essencialmente nove inscrições funerárias tipologicamente diversas, mas também uma árula votiva, duas inscrições de tipo indeterminado e quatro capeamentos de ara (provavelmente de monumentos funerários), apresentados por esta ordem. Para facilitar a referência às epígrafes é utilizada numeração romana de acordo com a sua apresentação.

As peças encontram-se dispersas por vários locais, nomeadamente os seguintes museus: Museu Nacional de Arqueologia (MNA), Depósito Oficial de Bens Arqueológicos da Câmara Municipal de Mafra; Arquivo-Museu da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira e pontualmente alguns depositários particulares.

Após os comentários e análises individuais será apresentado um balanço final com uma avaliação de todo o conjunto, passível de ser modificada sempre que novos dados o justifiquem.

Cumpre-me ainda agradecer a todos aqueles cujo apoio permitiu a realização deste trabalho. A Ana Catarina Sousa pela confiança depositada; ao Professor Amílcar Guerra pelo despertar para o mundo labiríntico da Epigrafia romana, pelos preciosos comentários às interpretações, pelas sugestões e recomendações bibliográficas; a todas as instituições (nomeadamente o Museu Nacional de Arqueologia) e

depositários privados das peças estudadas; a Valter Ventura pelas horas de incansável perspicácia e rigor fotográfico.

Catálogo

Inscrições funerárias

A separação entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos marcou indelevelmente a civilização romana, numa relação mista de distanciamento e aproximação que vinculava de forma inevitável o homem romano à morte. Sendo proibida, pela Lei das XII Tábuas, a inumação ou incineração dos defuntos dentro das cidades, os rituais funerários tomavam lugar fora delas. Consequentemente os enteramentos foram sendo alinhados ao longo das vias em monumentos tipologicamente diversos, de acordo com o poder económico do defunto. Em comum tinham apenas o facto de as inscrições interagirem com os transeuntes, com os seus concidadãos, de modo a perpetuar a sua memória.

As inscrições funerárias são, regra geral, concisas, integrando o nome completo do defunto (*tria nomina*), por vezes a filiação, a tribo de inscrição (quando tinha), a idade, o nome do dedicante (quando expresso) e por último as fórmulas funerárias (H S E) e de *impensa* (D S F C, F C).

Estes monumentos são o prolongamento material da efémera existência humana, ora imortalizando individualismos, excentricidades, relações familiares, ora exibindo estatutos sociais e políticos onde vestígios de indigenismo a par de evidências claras da aquisição da cidadania romana são orgulhosamente exibidos.

Das diversas tipologias existentes o conjunto epigráfico em estudo é constituído por: cipos (5), *cupae* (2), estelas (2), tábula moldurada (1), placa retangular (1).

I

N.º DE INVENTÁRIO

AZU.022.001

DESCRIÇÃO

Cipo funerário romano de calcário.

PROVENIÊNCIA

Albergaria do Espírito Santo ou de Nossa Senhora da Luz, freguesia da Azueira, concelho de Mafra.

LOCALIZAÇÃO

Incorporado no MNA a 30 de janeiro de 1904 por intermédio da Junta da Paróquia local.

HISTORIAL

São várias as referências existentes a esta epígrafe romana, sendo a mais antiga a de Hübner no seu estudo compilatório da epigrafia do Império romano – CIL II (inscrições da Hispânia). Contudo, inicialmente a sua proveniência foi confundida com Azoeira de Torres Vedras dando lugar a alguma confusão no próprio processo de incorporação no MNA. Todas as restantes referências são pequenas notícias de jornais regionais ou breves referências, essencialmente cartográficas, em obras de carácter variado que, *grosso modo*, são unânimes na sua leitura e interpretação.

Nas várias leituras propostas apenas a fórmula final diverge, sugerindo-se ora LEC ora FEC. Ambas as leituras são formalmente possíveis. Contudo, em observação direta da inscrição pude ler, inequivocamente, LEC.

Todos os C gravados têm o valor de G, sendo pouco comum a grafia de TONGIVS com G, fugindo à regra que parece ter sido utilizada no restante texto.

TEXTO

M(arcus) · IVLIVS · M(arci) · F(ilius) / CAL(eria tribu) · CALLVS / H(ic) · S(itus) · E(st) / Q(uintus) IVLIVS · TONGIVS / LEC(atarius)

TRADUÇÃO

Marco Júlio Galo, filho de Marco, inscrito na tribo Galéria, está aqui sepultado. O legatário, Quinto Júlio Tângio (mandou fazer).

MEDIDAS

121 x 46 x 43 cm

CAMPO EPIGRÁFICO

43,5 x 34 cm

ALTURA DAS LETRAS

4,5 / 5 cm

ESPAÇAMENTO ENTRE LINHAS

1 cm

COMENTÁRIO

Inscrição alinhada à esquerda, com a conservação das linhas de orientação do *ordinator*, bastante claras na linha 4 e percetíveis também na linha 2. Texto equilibradamente distribuído pelo campo epigráfico, denotando uma paginação cuidada, nomeadamente pela preocupação em centrar as duas fórmulas – H S E e LEC.

O texto apresenta-nos dois cidadãos romanos de onomástica tipicamente latina, com *cognomina* de tradição indígena. O inumado é um *ingenuus*, já que tem expressa a sua inscrição na tribo Galéria, privilégio reservado apenas aos cidadãos de pleno direito. Por outro lado, o seu *praenomen*, talvez herdado do pai e sugerindo que se tratará do filho primogénito, denota um profundo conhecimento e cumprimento das tradições romanas. Já a omissão da filiação e da tribo do dedicante coloca a hipótese, ainda que remota, de se tratar de um indígena recentemente romanizado. Esta suposição torna-se ainda menos verosímil se admitirmos que, pela utilização do mesmo *nomen*, ambos possam ser irmãos ou ter entre eles qualquer tipo de relação familiar. Aurélio Belo chega a sugerir tratar-se de um irmão mais novo do inumado, o quinto na ordem de nascimento, já que o seu *praenomen* é *Quintus*.

A utilização do C com valor de G é algo comum na epigrafia romana, reforçando assim a leitura de *Gallus* e *Tongius*, dois *cognomina* bastante comuns na Lusitânia e em particular na área do município olisiponense. O primeiro regista 37 ocorrências, três delas na área geográfica do município olisiponense. Já *Tongius* é um *cognomen* bastante comum na Lusitânia, sendo mais frequente na área interior (atual Idanha-a-Velha), mas com o registo de alguns *cognomina* derivados deste na área de *Olisipo* (*Toncius*, *Tongeta*...), estando geralmente associado a patronímicos indígenas.

A fórmula final (LEC) coloca várias questões pertinentes, que passo a expor. Numa primeira avaliação interpretei a fórmula como a abreviatura da palavra *legauit*. Contudo, esta hipótese remetia para alguns problemas de carácter histórico-social, já que sugeria que seria o dedicante

a deixar em testamento a obrigação de erigir um monumento funerário a outrem, quando usualmente era o defunto que expressava esta vontade e incumbia uma pessoa da sua confiança para fazê-lo. Face a esta interpretação dúbia e à evidência da grafia de LEC, Amílcar Guerra, através de dois paralelos (Itália [CIL XIV, 3623] e Síria [CIL III, 187]) sugeriu-me interpretar LEC como abreviatura de *legatarius*. Esta leitura sustenta a possibilidade (mais comum) de o defunto ter delegado no dedicante a obrigação de erigir um monumento funerário que perpetuasse a sua memória. Ainda que seja uma fórmula rara na Península Ibérica será a interpretação mais correta.

A paleografia, a onomástica, a ausência da invocação aos deuses manes (D M) e a simplicidade das fórmulas utilizadas permitem datar esta inscrição do séc. I d. C., *grosso modo*.

II

N.º DE INVENTÁRIO

ENC.006.002

DESCRIÇÃO

Cipo funerário de calcário.

PROVENIÊNCIA

Desconhecida.

LOCALIZAÇÃO

Igreja de S. Domingos da Fanga da Fé, Encarnação.

HISTORIAL

Trata-se de um cipo funerário de calcário encontrado em 1996 por Maria do Carmo Vilar¹ a servir de pé de altar na Igreja de S. Domingos da Fanga da Fé, freguesia da Encarnação, concelho de Mafra. O cipo foi cortado à altura da inscrição e colocado na sua posição atual durante as obras de recuperação daquela igreja (nos anos 70 do séc. XX). A inscrição está colocada junto ao chão em posição inversa à original, voltada para a parede nascente (parede fundeira). Atualmente todo o cipo está pintado de branco, o que dificulta a sua leitura e acelera o seu processo de degradação.

TEXTO

[AMOE]NAE · AN(*norum*) · X · X (*viginti*) ·
CASSI/A · L(*ucii*) · F(*ilia*) · AMOENA / AVVIA ·
D(e) · S(*uo*) · F(*aciendum*) · C(*urauit*)

TRADUÇÃO

[...] Amena de 20 anos de idade (está aqui sepultada). A avó, Cássia Amena, filha de Lúcio, mandou colocar a expensas suas.

MEDIDAS

80 x 63 x 60 cm

CAMPO EPIGRÁFICO CONSERVADO

56 x 22 cm

ALTURA DAS LETRAS

6 cm

LARGURA DAS LETRAS

5 cm (A, M, O, D, C, S) e 3 cm (restantes letras).

ESPAÇO ENTRE LINHAS

2 cm

COMENTÁRIO

A inscrição foi cortada no lado esquerdo, impossibilitando a sua leitura completa.

A pontuação utilizada separa todas as palavras por pontos circulares de pequena dimensão inscritos ao centro da linha.

Alinhamento do texto à esquerda sem preocupações de translineações corretas. As letras apresentam-se profundamente gravadas, possuindo forma arcaica, sem haste horizontal nos A, pouco marcada nos E e F e vértices finais dos C profundamente marcados.

A onomástica é caracteristicamente latina embora o *cognomen* AMOENA evidencie uma origem indígena, sendo bastante frequente no município olisiponense, em particular na denominada “zona Oeste do município olisiponense”. Também o gentílico, de origem latina, é muito frequente no território envolvente (município olisiponense), bem como no território da Lusitânia.

A dedicante é claramente uma cidadã romana (*ingenua*) já que se apresenta com *nomen*, *cognomen* e filiação, todos de origem latina.

A utilização da fórmula final (*De Suo Faciendum Curauit*), a utilização de pontuação, o nome da inumada em dativo e a indicação da idade permitem-nos enquadrar esta inscrição nos inícios do séc. II d. C.. Aliás o uso deste tipo de fórmulas (D S F C) em conjunto com o nome do dedicante em nominativo, apesar de ser já frequente, multiplicou-se durante o Império, sobretudo durante a primeira metade do imperialato de Tibério, sendo reveladora de *impensa* e um meio de ostentação de poderio e riqueza, utilizada sobretudo em inscrições monumentais. Segundo J. Cardim Ribeiro a fórmula D S F C parece ter um carácter exclusivamente funerário, sendo também frequente

na zona W do município olisiponense. Por esta razão penso que não será incorreto inferir que se tratariam de cidadãos perfeitamente integradas na sociedade romana, cuja evidência social impunha um destaque funerário monumental.

FIG. 1

Cipo funerário de Marco Júlio Galo, depositado no Museu Nacional de Arqueologia (foto de Valter Ventura).



III

N.º DE INVENTÁRIO

CHL.003.004

DESCRIÇÃO

Cipo funerário romano.

PROVENIÊNCIA

Desconhecida.

LOCALIZAÇÃO

Adossado à fachada sul da igreja matriz de Cheleiros (Nossa Sra. do Reclamador).

HISTORIAL

Cipo funerário documentado na bibliografia desde 1869, data da publicação da compilação de epigrafia do Império romano coordenada por E. Hübner. Já nos anos 40 do séc. XX o *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* relata o restauro levado a cabo na igreja matriz de Cheleiros, documentando a sua anterior posição, ladeando o pórtico principal e a sua posterior transferência para a parede sul da mesma igreja, onde atualmente se encontra.

TEXTO

T(itus) · POMPEIVS / FLORVS H(ic) · S(itus) · E(st)

TRADUÇÃO

Tito Pompeio Floro está aqui sepultado.

MEDIDAS

138 x 38 x 17 cm

CAMPO EPIGRÁFICO

14 x 35 cm

ALTURA DAS LETRAS

6 cm

ESPAÇAMENTO ENTRE LINHAS

1 cm

COMENTÁRIO:

Tal como Justino de Almeida e Fernando Ferreira referem trata-se de uma inscrição funerária muito simples identificando apenas o inumado pelos seus *tria nomina*.

O *nomen Pompeius* é muito frequente na zona do município olisiponense, bem como em toda a Península Ibérica, o que poderá estar relacionado com a sua relação indireta com a cidade itálica de Pompeia e a difusão deste tipo de *nomina* e *cognomina* sobretudo junto das populações indígenas. Já o *cognomen Florus* parece ser até ao momento o único caso registado na área geográfica do município olisiponense.

O texto apresenta-se alinhado à esquerda, sendo que a fórmula funerária não foi isolada numa única linha como era habitual.

A utilização de letras capitais quadradas, a não utilização da fórmula D(iis) M(anibus) e a apresentação do inumado apenas pelos *tria nomina*, não referindo a filiação e a tribo, permitem sugerir uma datação de finais do séc. I, inícios do séc. II, como alias sugerem Justino de Almeida e Fernando Ferreira pela grafia “regular e elegante dos caracteres”.

IV

N.º DE INVENTÁRIO

ALC.003.001

DESCRIÇÃO

Estela funerária de calcário.

PROVENIÊNCIA

Capela do Espírito Santo (Alcainça) onde servia de mesa de altar.

LOCALIZAÇÃO

Deu entrada no MNA a 10 de março de 1940 por intermédio do coronel Gorjão. Atualmente está depositada na reserva de Epigrafia do Museu Nacional de Arqueologia.

HISTORIAL

Após a sua utilização como pedra de altar na Capela do Espírito Santo, Alcainça, a peça foi integrada no MNA já com uma fratura significativa que a fragmentou, à altura do campo epigráfico, em três partes. Esta fratura condiciona a sua

leitura e permite colocar a hipótese de o inumado ter a referência da sua filiação. Porém, esta informação terá sido destruída pela fratura que corta o campo epigráfico junto ao *nomen*, onde seria esperada a sua gravação.

TEXTO

D(iis) M(anibus) / G(aio) · COMINIO / RVFO·
GAL(eria tribu) / AN(norum) LI (unus et quin-
quaginta) / LVCRETIA · SA[LE]/TINA· MATER
/ FILIO PIENTI[S]/SIMO POSVIT

TRADUÇÃO

Aos deuses manes. A Gaio Comínio Rufo, inscrito na tribo Galéria, de 51 anos de idade. A mãe, Lucrécia Saletina, colocou ao filho, modelo de virtudes.

MEDIDAS

130 x 62 x 15,5 cm

CAMPO EPIGRÁFICO

62 x 53 cm

ALTURA DAS LETRAS

l. 1 – 8 cm; l. 2, l. 3, l. 4, l. 5, l. 6, l. 7 – 6 cm

ESPAÇAMENTO ENTRE LINHAS

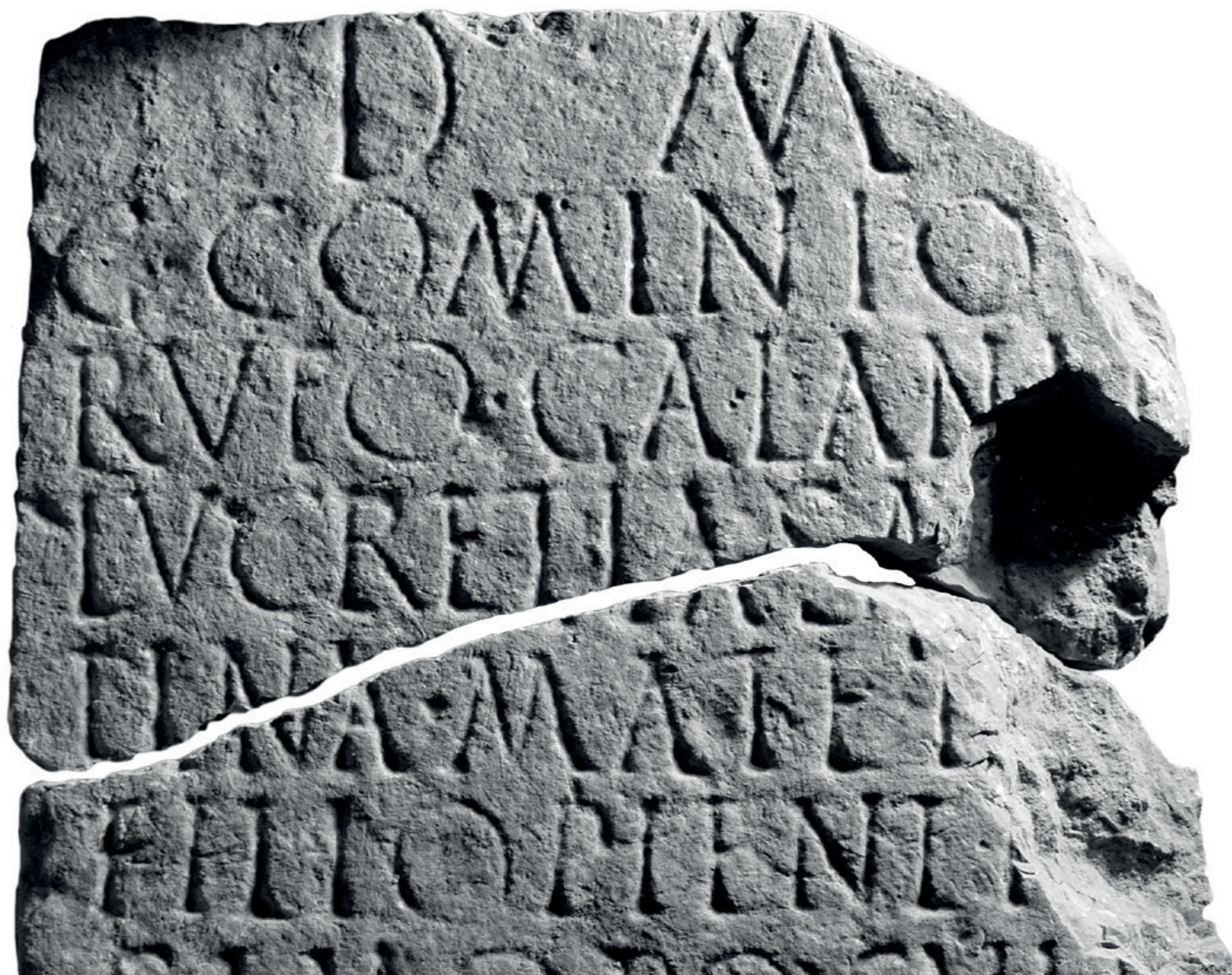
1 cm

COMENTÁRIO

Inscrição alinhada à esquerda na parte superior, com a conservação das linhas de orientação do *ordinator*, bastante claras nas linha 2 e linha 4 e pontuação triangular.

FIG. 2

Estela funerária de Gaio Comínio Rufo, depositada no Museu Nacional de arqueologia (fotografia de Valter Ventura).



Trata-se de uma inscrição funerária oferecida pela mãe ao seu filho.

Pouco usual é a posição da informação da tribo, tradicionalmente colocada após o *nomen*, aqui inscrita após o *cognomen*, o que de acordo com René Cagnat é frequente em textos africanos.

A onomástica, formalmente latina, é bastante frequente na Península Ibérica, em particular no território da Lusitânia romana. *Cominius* é um *nomen* bastante frequente no município olisiponense e em particular na zona W, registando Abascal Palazón três ocorrências em Sintra, não mencionando ainda esta inscrição. Contudo a sua existência é já referida num estudo recente de sistematização de antropónimos da Lusitânia romana. O *cognomen Rufus*, hispânico, é o segundo mais frequente na Península Ibérica, registando 14 ocorrências só no município de Olisipo.

Quanto à onomástica da dedicante verifica-se que o *nomen* parece estar sempre associado a *cognomina* latinos (Lisboa: *Lucretia L.f. Avita*, EO 102; *Lucretia Patricia*, EO 110; Alenquer, *Lucretia L.f. Severa*, CIL II 5226), sendo bastante frequente e ocorrendo com maior frequência em áreas “cosmopolitas” da Hispânia romana (Tarragona, Clúnia e Barcelona). A este facto poderá estar associada a frequente relação deste *nomen* com *cognomina* latinos. Maria Manuela Dias sugere poder tratar-se de uma cidadã itálica proveniente de uma região habitada pelos *Salentini* na Calábria, Itália meridional, justificando deste modo o seu raro *cognomen* (único registo na Península Ibérica até ao momento), com uma possível origem geográfica-etnonímica.

A autora acima referida propõe datar esta inscrição de finais do séc. II pela paleografia, cronologia de difusão do *nomen Cominius* e pelo qualitativo *pientissimus*. Acresce ainda a esta datação a utilização da invocação aos Deuses Manes (*Diis Manibus*), usualmente introduzida a partir de finais do séc. I – inícios do séc. II.

V

N.º DE INVENTÁRIO

ENC.004

DESCRIÇÃO

Estela funerária romana.

PROVENIÊNCIA

Casal do Rosário.

LOCALIZAÇÃO

MNA.

HISTORIAL

Descoberta em 1872 aquando da plantação de uma vinha numa rampa que pega com a ermida de S. Domingos. Foi posteriormente transportada para o Casal da Estrada onde serviu de poial até que, em 1904, o Dr. Carlos Galvão conduziu o processo da sua incorporação no MNA (n.º inv. 6301).

TEXTO

ALEBA (*hedera*) ARCONIS / F(*ilia*) (*hedera*)
L(*ucio*) (*hedera*) IVLIO · REGVLO / MATER ·
PON/ENDVM / CVRAVIT

TRADUÇÃO

Aleba, filha de Arco. A mãe mandou colocar a Lúcio Júlio Regulo.

MEDIDAS

207 x 41 x 27,5 cm

COMENTÁRIO:

“Estela funerária de topo arredondado com alisamento das faces anterior e laterais. Paginação com alinhamento tendencial à esquerda; as características paleográficas remetem para o período de transição entre o séc. I a. C. e I d. C..

Epitáfio de um homem identificado através de *trianomina* latino, mas sua mãe, que mandou fazer o monumento - e que se adianta ao filho na ordem textual da epígrafe - ostenta um nome individual e um antropónimo de inequívoco cariz paleohispânico.” (Carla Alves Fernandes, *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, 2002, p. 548).

A onomástica parece remeter para cidadãos indígenas recentemente romanizados. Esta hipótese é sustentada pela forma como é identificada a dedicante (nome e patronímico hispânicos) e pela onomástica do inumado. O *nomen Iulius*, ainda que latino, foi um dos gentílicos mais comuns entre os indígenas romanizados na área geográfica em questão, já que este era o *nomen* de Augusto e da própria cidade de Olisipo (*Felicitas Iulia Olisipo*). O *cognomen Regulo* parece ser atestado apenas nesta inscrição, mas o seu carácter hispânico é aparentemente incontestável.

A recente romanização dos indivíduos e simultaneamente a sua profunda romanidade (hábitos e costumes) parecem justificar o carácter singular

desta inscrição funerária, em si mesma testemunho de romanidade, mais do que de romanização. A forma (estela) é uma herança profundamente indígena sobre a qual os hispânicos, agora cidadãos romanos, perpetuam uma simbiose de séculos, originando documentos únicos que testemunham o processo de sincretismo mútuo da romanização da Península Ibérica.

VI

N.º DE INVENTÁRIO

STI.006.001

DESCRIÇÃO

Placa retangular.

PROVENIÊNCIA

Entre Paço d' Ilhas e a Quinta dos Chãos.

LOCALIZAÇÃO

Desconhecida.

HISTORIAL

Encontrada enterrada em data incerta no séc. XVII entre Paço d' Ilhas e a Quinta dos Chãos, na mata da Quinta dos Chãos, da família Gorjão, tendo sido posteriormente incorporada no altar do Divino Espírito Santo na igreja matriz de Santo Isidoro. Em 1861, data da impressão da obra de Madeira Torres, é pela primeira vez referida a sua utilização como tampa de mesa dos pobres no jardim da Quinta dos Chãos.

Estácio da Veiga dá conta da transferência da inscrição do referido altar para a Quinta dos Chãos por Felipe Nery Gorjão, Sto. Isidoro, onde “[...] n’uma varanda sobre um arco, servindo de mesa” Gabriel Pereira a encontrou no início do século XX. Foi utilizada como mesa, colocada diante do portal brasonado da casa, junto dos muros de jardim até janeiro de 2005. Atualmente desconhece-se o seu paradeiro.

Félix Alves Pereira, contudo, diz tratar-se de uma inscrição que estava próxima da igreja e que estaria, à data do seu artigo (1914), no MNA, o que efetivamente não se verifica.

TEXTO:

DI(i)S MANIBVS / C(aii) · IVLI(i) · C(aii) · F(ilii) · GAL(eria tribu) · TERENTIA/NI · ANNO(rum) XXXII (duo et triginta) · ET / IVLIAE SEX(ti) ·

F(iliae) · MAXUM^AE AN(norum) · XX (viginti) / ET · TERENTIAE · L(ucii) · F(iliae) · AMM^AIIAE

TRADUÇÃO

(Consagrado) aos deuses manes de Caio Júlio Terenciano, filho de Caio, de 32 anos, inscrito na tribo Galéria e de Júlia Máxima, filha de Sexto, de 20 anos e de Terência Amaia, filha de Lúcio.

MEDIDAS

67 x 144 x 18 cm.

CAMPO EPIGRÁFICO

117,5 (largura máxima);
86 (largura mínima) x 40 cm

COMENTÁRIO:

Trata-se de uma inscrição funerária de três indivíduos que, pela onomástica, não parecem apresentar uma relação familiar direta, não sendo de excluir a existência de laços matrimoniais.

A onomástica é tipicamente latina, sobretudo na forma de identificação dos indivíduos, refletindo uma profunda romanidade e adesão à tradição latina. Todos os nomes são bastante frequentes na Península Ibérica e em particular na área geográfica do município olisiponense, destacando-se o *nomen Iulius* e os *cognomina Terentianus/-a* e *Maxuma*, todos eles comuns, sobretudo na zona W do município olisiponense. Já o *cognomen Ammaia* parece ser habitualmente utilizado como *nomen* e associado a *cognomina* hispânicos. Abascal Palazón sugere excluir da lista de ocorrências do *cognomen Ammaia* esta inscrição sugerindo *Ammia*. Contudo, na leitura efetuada era claro o nexu M^A, pelo que sugiro manter a leitura *Ammaiae*.

Utilização de *puncti distinguenti* (triangulares de vértice apontado para o lado direito e vírgulas) a separar todas as palavras. As letras são capitais quadradas, ainda que os V sejam gravados com uma das hastes a 45° e outra completamente vertical.

Pela onomástica, a utilização da fórmula DIS MANIBVS, a utilização do dativo e a indicação da idade poderá datar-se esta inscrição de meados ou mesmo de finais do séc. II.

Inscrições funerárias
de texto inédito

VII

N.º DE INVENTÁRIO

STI.005.001

DESCRIÇÃO

Cupa de calcário.

PROVENIÊNCIA

Paço d'Ilhas.

LOCALIZAÇÃO

Santo Isidoro.

HISTORIAL

Segundo Gabriel Pereira terá sido transportada de Paço d'Ilhas para a Quinta dos Chãos por volta de 1850. Assim não se trata aqui de dar a conhecer uma *cupa* inédita, mas da publicação da sua inscrição desconhecida e até ao momento apenas presumida.

TEXTO

MARIA · Q(uinti) F(ilia) / QVINTILLA
ANN(orum) / XXVII (septem et viginti)

TRADUÇÃO

(Aqui está sepultada) Maria Quintila, filha de Quinto, de 27 anos.

MEDIDAS:

111 x 58 x 47 cm (medidas máximas)

CAMPO EPIGRÁFICO

50 x 18 cm (medidas máximas)

MOLDURA

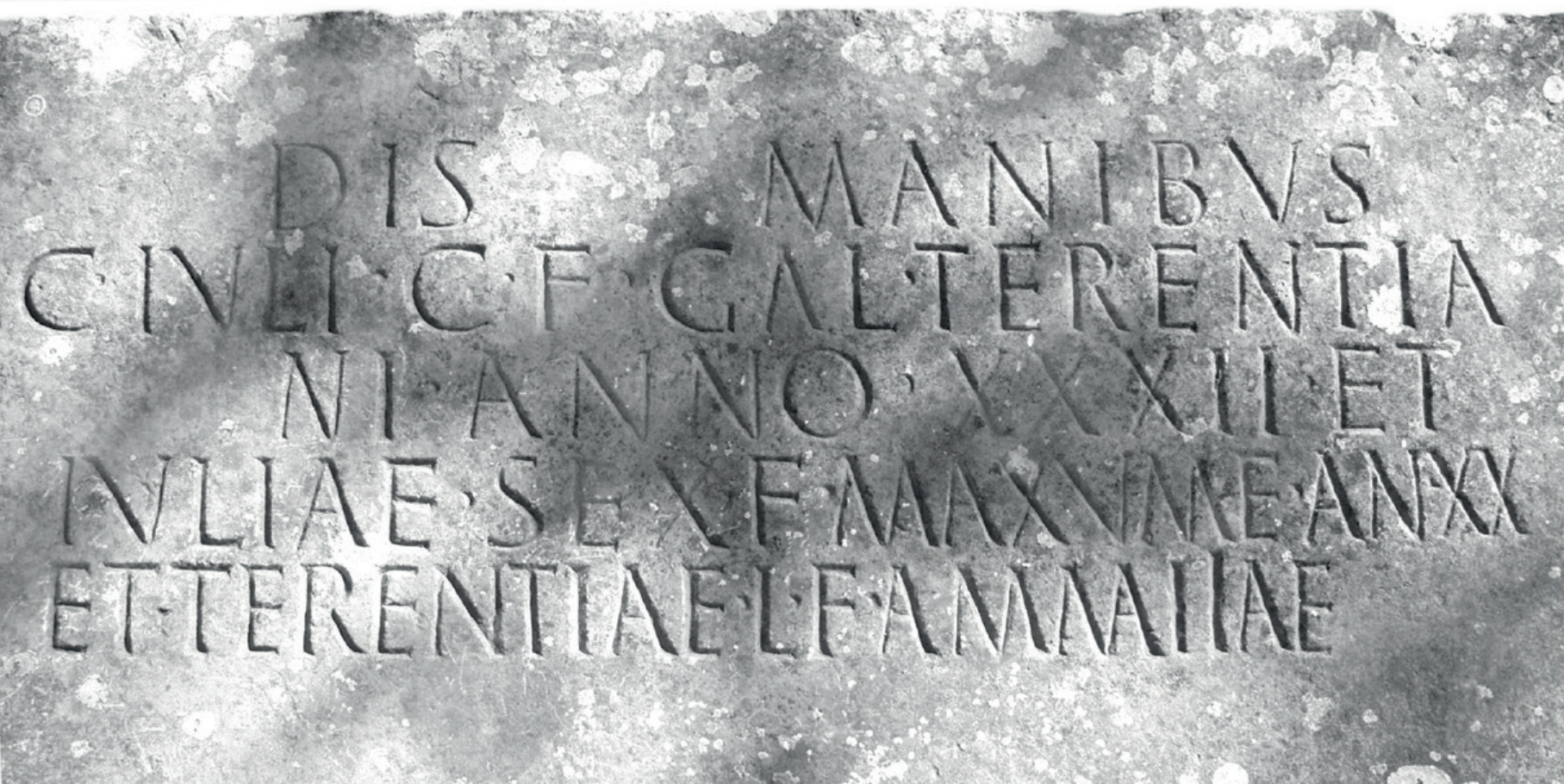
2 x 12 cm

COMENTÁRIO:

Cupa com moldura lateral e inscrição num dos topos, escavada posteriormente no seu interior para ser reutilizada como salgadeira. Para melhor adaptar o monumento à sua nova função foi ainda escavada uma depressão circular interna com cerca de 24 cm de diâmetro e 4 cm de profundidade para armazenamento e escoamento (por um orifício lateral, atualmente tapado com cimento) dos líquidos resultantes da salga de alimentos. Na moldura foram abertos alguns orifícios para encaixe de uma

FIG. 3

Pormenor do campo epigráfico de placa retangular no jardim da Quinta dos Chãos, Santo Isidoro, atualmente desaparecida (fotografia de Valter Ventura).



tampa e nas paredes laterais, ao centro, foi efetuado um corte trapezoidal, possivelmente para facilitar a remoção da referida tampa. Atualmente está fraturada ao meio, mas “colada” com cimento.

O topo epigrafado apresenta-se bastante erodido, o que dificultou a leitura da sua inscrição. Esta erosão poderá estar relacionada com a sua utilização como bica de água no jardim da Quinta dos Chãos documentada por António Casal Ribeiro que por sua vez cita Gabriel Pereira que cerca de duas décadas antes se referiu a esta *cupa* localizando-a no jardim, coberta com cal.

A onomástica latina revela tratar-se de uma cidadã romana ou profundamente romanizada, cujo *cognomen* parece ter sido herdado do *prae-nomen* do pai, como frequentemente sucedia. O *nomen* MARIA, tendencialmente documentado em regiões ligadas ao mar, regista, até ao momento, quatro outras ocorrências nesta área geográfica: uma em Alcainça, Mafra (*Maria Maxuma*), duas em Lisboa (*Maria Vrsa* e *Maria Procul[a]*) e uma em Oeiras (*Maria G F Boutia*) e ainda uma outra, no masculino, em Alapraia, Estoril. É importante notar que até agora o *nomen* MARIA/-VS parecia estar associado a *cognomina* de tradição indígena, o que não sucede nesta inscrição nem na de Alcainça, Mafra. Contraditoriamente nesta inscrição o *nomen* MARIA surge associado a um *cognomen* caracteristicamente itálico e tradicionalmente registado em ambientes rurais associados a meios culturais e sociais profundamente romanizados, relativamente habitual na epigrafia hispano-romana. Será interessante notar também a proximidade de Santo Isidoro com o mar (distanto dele cerca de 2,5 Km em linha reta) corroborando a observação de José Vives citada por José d’Encarnação e acima referida.

Como era habitual neste tipo de monumentos no contexto do município olisiponense a fórmula funerária D M ou D M S está ausente, bem como a fórmula final H S E, ainda que esta se tornasse frequente a partir de meados do séc. I a. C. Por se verificarem estas ausências, esta *cupa* integra-se no conjunto de monumentos deste tipo com três linhas que, segundo Cardim Ribeiro, parecem concentrar-se em duas regiões - S. Miguel de Odrinhas e Faião. Em relação à sua tipologia a *cupa* de MARIA MAXVMA enquadra-se na Categoria C (c. 111 cm x l. 55 cm x a. 46 cm) definida pelo referido autor. Desta forma o monumento apresenta toda a informação necessária acerca da inumada sem recorrer a fórmulas funerárias ou outras, o que poderá estar relacionado com a sua função inequívoca e o contexto epigráfico (evolução cronológica) em que se insere.

A paleografia, algo arcaica, sem vértices marcados, de Q bem circular, mas de haste curta a par com a ausência da fórmula H S E permite remeter esta inscrição para meados do séc. I d. C.

VIII

N.º INVENTÁRIO

SEG.003

DESCRIÇÃO

Cupa funerária de calcário.

PROVENIÊNCIA

Desconhecida.

LOCALIZAÇÃO

Incerta.

HISTORIAL

Cupa descoberta em 1993 por António Pedroso no lugar da Fonte Velha, Monfirre, Santo Estêvão das Galés, servindo de bebedouro para animais há cerca de oitenta anos em propriedade privada. Desconhece-se a sua localização atual.

Antes de qualquer consideração importa referir que a avaliação desta peça foi feita exclusivamente a partir de uma fotografia de arquivo de J. Cardim Ribeiro de 1993, já que se desconhece a sua localização atual. Contudo, é imperativo registar a sua existência tecendo os comentários possíveis a partir dos dados apresentados nas fotografias disponíveis.

TEXTO

[.] LIVIVS C(aii) F(ilius) C[--] / [...]

TRADUÇÃO

[.] Lívio, filho de Caio, inscrito na tribo Galeria (?) [...]

COMENTÁRIO

Cupa de calcário de topo epigrafado, conservando duas linhas de texto e um corte oval sob o campo epigráfico e escavação do interior, talvez para a sua reutilização como salgadeira.

A onomástica claramente latina remete para um cidadão romano de pleno direito, condição atestada pelo *cognomen* de origem itálica e pela

referência à sua tribo de inscrição apenas presumida nesta avaliação preliminar na última letra da linha 1 - C[--].

Trata-se de um monumento funerário de considerável importância epigráfica já que o *cognomen* LIVIVS é agora registado pela primeira vez no território do município olisiponense, sendo rara a sua ocorrência no contexto da Península Ibérica. Tal como J. Cardim Ribeiro afirma em entrevista ao jornal Correio da Manhã de 14.05.1993, a importância deste gentílico reside não só na sua raridade como também no facto de derivar do nome da mulher de Augusto – Lúvia.

A origem presumida deste *cognomen*, a partir da sua referência política a par da tipologia do monumento funerário permitem datar com alguma precisão esta peça, inserindo-a em meados do séc. I d. C.

Inscrições funerárias inéditas

IX

N.º INVENTÁRIO

ALC.002.007

DESCRIÇÃO

Cipo funerário romano de mármore.

PROVENIÊNCIA

Terreno onde atualmente está edificado o Centro Paroquial de Alcainça.

LOCALIZAÇÃO

Capela do Espírito Santo em Alcainça, Mafra.

HISTORIAL

Em dezembro de 2004 este cipo foi identificado no adro da igreja de S. Miguel de Alcainça por Marta Miranda². Estava colocado junto a um amontoado de elementos arquitetónicos retirados do óculo da capela do Espírito Santo, também em Alcainça. Segundo informação oral do Sr. Manuel Luís, habitante local e membro da Comissão Fabriqueira, o cipo foi transportado do terreno onde atualmente está edificado o Centro Paroquial para aquele local em 2001.

TEXTO

MARIA · C(aii) · F(ilia) · M[A]/XVM[A] [H(ic)]

S(ita) E(st) / CAECIL[IA] ALBV/RA · MATER D(e)
S(uo) · F(aciendum) C(urauit)

TRADUÇÃO

Maria Máxima, filha de Caio, está aqui sepultada. A mãe, Cecília Albura, mandou fazer a expensas suas.

MEDIDAS

115 x 44,5 x 43,5 cm (medidas máximas)

CAMPO EPIGRÁFICO

25 x 42,5 cm

ALTURA DAS LETRAS

l. 1 – 6 cm; l. 2 – 6 cm; l. 3 – 5 cm; l. 4 – 5 cm.

LARGURA DAS LETRAS

6, 4, 2 e 1 cm.

ESPAÇAMENTO ENTRE LINHAS

1 cm.

COMENTÁRIO

Trata-se de um cipo funerário de mármore rosa com inscrição na face frontal e fóculo circular no topo. Posteriormente parece ter sido reutilizado com duas funções distintas: marco de propriedade e salgadeira.

A face lateral esquerda foi escavada para ser utilizada como salgadeira. Possui uma moldura com quatro orifícios laterais para encaixe de tampa (possivelmente de madeira), dois alinhados no lado esquerdo e dois no lado direito não alinhados porque o canto inferior direito se encontrava já fraturado. O interior possui ainda uma depressão circular com 16 cm de diâmetro onde se acumularia o líquido resultante da salga dos alimentos e que seria escoado por um orifício escavado no reverso do cipo (atualmente tapado com cimento).

A sua utilização como marco de propriedade foi observada por Ana Pagará³ que me fez notar a prática comum da utilização de cruzeiros para marcar a divisão de propriedades. A face direita e o reverso apresentam a gravação (na parte superior) de uma cruz latina de haste e braços recruzados, centrada no reverso, mas alinhada à direita na face direita.



Apesar de bastante fraturado e coberto de cimento, sobretudo na área do campo epigráfico, o seu estado de conservação atual é bom/razoável.

Inscrição alinhada à esquerda centrada na parte superior sem preocupações de evitar translineações, corretamente utilizadas. São usados pontos de separação circulares de pequena dimensão, mas que não separam todas as palavras. Denota-se que a importância da informação inscrita se distingue pela gravação das letras. As duas primeiras linhas, referentes à inumada, apresentam letras maiores e mais largas, enquanto as duas últimas linhas, com informação relativa à dedicante, se distinguem das anteriores pela gravação de letras menores e com menor espaçamento entre si. As letras, capitais quadradas largas e simétricas, possuem vértices bastante marcados, ainda que as hastes horizontais da letra A não sejam muito profundas.

Onomástica tradicionalmente latina na origem e na forma, pelo que se tratarão de cidadãs romanas de pleno direito (*ingenuae*). Registam-se aqui dois dos gentílicos mais comuns na área do município olisiponense, que apresentam uma distribuição geográfica (*ager olisiponense*) e cronológica bastante semelhante – séc. I até ao 1º quartel do séc. II.

A utilização das fórmulas funerárias, sobretudo D S F C (claramente ostensiva), de pontos de separação circulares, a onomástica e a paleografia monumental quadrada remetem para um período avançado no séc. I d.C., talvez na transição para o séc. II d. C.

Inscrições votivas

Mais do que uma evidência de romanização, as inscrições votivas são testemunhos claros da romanidade, do sincretismo entre aqueles que aportavam e os que recebiam. A epigrafia votiva romana tem demonstrado que muitos cultos locais, anteriores à chegada do paganismo romano, foram naturalmente assimilados e adotados pela religião romana. Tal como os cultos locais, a religião romana adorava vários deuses, vários *numina*, manifestações diversas da Natureza e da vontade dos deuses

FIG. 4

Face epigrafada do cipo funerário de Maria Máxima (fotografia de Valter Ventura).

que pontualmente adaptou a entidades já existentes nas novas regiões a que chegava.

No concelho de Mafra existe, de momento, apenas uma inscrição votiva. Trata-se de uma árula oferecida às águas/fontes por uma cidadã profundamente romanizada e tem sido interpretada como uma oferta àquela entidade em agradecimento de um qualquer efeito benéfico.

São diversos os cultos atestados em toda a Península Ibérica, mas todos eles têm em comum o sincretismo próprio da romanidade e a relação direta com a área geográfica onde são atestados, compreendendo-se apenas no seu contexto original. Por esta razão tem sido recorrente associar esta árula às águas mineiro-medicinais de Santa Marta, Ericeira.

X

N.º DE INVENTÁRIO

ERI.041

DESCRIÇÃO

Árula votiva.

PROVENIÊNCIA

(Re)descoberta em 1947 no n.º 5 da Travessa da Misericórdia (antigo Casão da Armação e anterior Paço dos Morgados da Ericeira).

LOCALIZAÇÃO

Arquivo-Museu da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira. Sala Frei Fernão Rodrigues Monteiro (1.º andar, à direita da entrada principal).

HISTORIAL

Pensa-se que poderá tratar-se de uma “pedra mito” referenciada desde o séc. XV como pertencente ao altar de Santa Marta. Na verdade o documento que tem servido de base para esta identificação descreve uma audiência nos Paços do concelho da Ericeira durante a qual um tal de Gomes Leite era condenado a entregar uma “pedra mito” pertencente a Santa Marta (*Boletim da Comissão de Arte e Arqueologia*, 1954, p. 10). Pelo facto de Santa Marta estar relacionada com águas mineromedicinais (cloretadas-nitratadas-sódicas de propriedades terapêuticas) e em 1484

ter sido descoberta uma pedra mito em escavações num terreno situado perto do atual local de Santa Marta, esta árula tem vindo a ser relacionada com o culto a estas águas medicinais. Este culto é, aliás, bastante conhecido na vila da Ericeira ao longo dos séculos existindo vários documentos que remetem para a proibição de práticas do culto pagão das águas.

TEXTO

ATILIA “ PVB[L(ii) FI]/[L(ia)] “ AM[O]E[NA] / FONTI[BVS] / A(nimo) “ [L(ibens)] [P(osuit)]

TRADUÇÃO

Atilia Amena, filha de Públio, colocou esta árula de boa vontade às fontes.

MEDIDAS

35 x 14,5 x 12 cm.

COMENTÁRIO

Trata-se de uma árula votiva, de provável cariz privado pela sua reduzida dimensão e simplicidade da inscrição.

A onomástica latina (*Atilia Amoena*), é bastante frequente na área geográfica envolvente (zona W do município olisiponense), sobretudo o *cognomen* hispânico – AMOENA.

Quanto ao culto das águas, apenas poderemos admitir a possibilidade de duas interpretações – *Fonti* ou *Fontibus*, ainda que sugira a segunda hipótese pelo espaço existente. Em qualquer um dos casos trata-se de um culto generalista, que não individualiza o objeto de culto. Manuela Alves Dias refere a perceção de linhas de orientação conservadas na primeira linha, ainda que o campo epigráfico esteja muito destruído, tendo desaparecido parte do texto à direita.

A mesma autora sugere datar esta inscrição de finais do séc. II, estabelecendo paralelos com uma inscrição semelhante depositada em S. Miguel de Odrinhas. Contudo J. Cardim Ribeiro sugere data para a mesma árula de inícios do séc. II d. C.

Inscrições de tipo indeterminado

XI

N.º INVENTÁRIO

ENC.003.001



DESCRIÇÃO

Placa retangular com moldura.

PROVENIÊNCIA

Casal do Rosário.

LOCALIZAÇÃO

MNA.

HISTORIAL

Madeira Torres descreve esta inscrição observando-a no Casal do Rosário (Torres, 1861).

Manuel Gandra e Amélia Caetano descrevem esta inscrição da seguinte forma: “canto fraturado de lápide sepulcral, em calcário rosado, de grandes dimensões, circundada por moldura relevada, divisando-se apenas algumas das letras do campo epigráfico”.

Incorporada no MNA em data incerta, publicada em 1927 por J. Leite de Vasconcellos onde dá notícia da sua existência referindo que provém de lugar incerto na Estremadura Cistagana, talvez Maфра.

TEXTO

M(arcus) CAEC^ILIVS L(ucii) F(ilius) C^A(leria tribu) PRIS/CVS

TRADUÇÃO

Marco Cecílio Prisco, inscrito na tribo Galeria.

MEDIDAS

44 cm x 109 cm

MOLDURA

12 m

CAMPO EPIGRÁFICO

l. 79 cm x a. indeterminada

ESPAÇAMENTO ENTRE LINHAS

1 cm

FIG. 5

Árula votiva depositada no Arquivo-Museu de Santa Casa da Misericórdia da Ericeira (fotografia de Valter Ventura).



COMENTÁRIO

Trata-se de uma placa moldurada, cortada na parte superior, pelo que não é possível determinar o seu tipo (funerário, honorífico ou outro). Os *praenomen* e *nomen* estão parcialmente cortados na parte superior, mas a sua leitura é clara.

A leitura efetuada e aqui proposta permite identificar um indivíduo que se apresenta com *tria nomina* e tribo de inscrição. A onomástica, formalmente latina, regista o oitavo *nomen* mais frequente na Península Ibérica e um *cognomen* tipicamente hispânico, também bastante comum na Hispânia, em particular na área do município olisiponense, onde se registam duas importantes ocorrências para além desta inscrição, destacando-se um cipo funerário de *Marco Terêncio Prisco*, em exposição no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

O gentílico *Caecilius* é, aliás, um dos mais comuns na área do município olisiponense, concentrando-se entre o séc. I e o primeiro quartel do séc. II (Ribeiro, 1982-83, p. 362-363). A profusão deste *nomen* é interpretada por Tovar como um possível reflexo de “relações de clientela com os *Caecilii* ligados à conquista e à administração da Península, como o cônsul *Q. Caecilius Pius*, cujo gentílico se encontra em dois topónimos do itinerário Mérida/Astorga, por Salamanca”.

A maior parte dos autores tem ignorado a referência à tribo e interpretado o nexa *C^A* como parte do *cognomen* *Capriscus*, omitindo a existência efetiva de um maior espaçamento entre o referido nexa e *PRISCVS*. Ainda que seja uma ocorrência rara, que o próprio René Cagnat questiona mas admite, parece-me mais correto interpretar o nexa como indicação da tribo. De acordo com aquele autor a palavra *Galeria* poderia ser abreviada das seguintes formas: “G, GA?, CA ?, CAL, GALER” (Cagnat, 2002, p. 63). A abreviatura *GAL* é destacadamente a mais comum, porém todas as

FIG. 6

Placa retangular com moldura de Marco Cecílio Prisco depositada no Museu Nacional de Arqueologia (fotografia de Valter Ventura).

outras são opções a admitir, sobretudo quando surgem de forma clara.

Os dados disponíveis não permitem avançar propostas fundamentadas de datação, já que parte das letras está parcialmente destruída e a inscrição cortada, não sendo possível sequer definir a tipologia desta epígrafe.

Inscrições de tipo indeterminado inéditas

XII

N.º INVENTÁRIO

ENX.053

DESCRIÇÃO

Cipo funerário (?) romano de mármore rosa do qual se conservam apenas três fragmentos.

PROVENIÊNCIA

Desconhecida.

LOCALIZAÇÃO

S. Mamede, Enxara do Bispo.

HISTORIAL

ver Ribeiro, (2006). Estudos arqueológicos do Parque Eólico da Serra de S. Mamede (Mafra). *Boletim Cultural* 2005.

TEXTO

[---] / [.] M(arci) F(ilius/o) C(aleria tribu ?) / MAR[---] / F(aciendum ?) [---]

TRADUÇÃO

[?] Mar...(?), filho de Marco, (inscrito na tribo Galeria ?)

MEDIDA

67 x 27 x 45 cm

ALTURA DAS LETRAS

5, 5 cm

ESPAÇAMENTO ENTRE LETRAS

3 cm

COMENTÁRIO

Inscrição inédita publicada no *Boletim Cultural* 2005 de Mafra por Nuno Ribeiro pelo que não será comentada. Contudo, tratando-se aqui de proceder a um estudo compilatório de toda a epigrafia do concelho de Mafra, a sua existência e o texto conservado são aqui necessariamente registados.

Dada a fragmentação do texto parece-me pertinente justificar a leitura efetuada. Assim, na linha 1 identifico a referência a uma filiação (M · F) de um indivíduo cujos *praenomen* e *nomen* não se conservaram (necessariamente masculino já que interpreto o C seguinte como a referência à inscrição na tribo Galéria, direito reservado apenas aos homens); na linha 2 o início do que seria o *cognomen* ou o início do nome de um dedicante, caso se trate de uma inscrição funerária e caso tenha expressa uma fórmula de *impensa*; na linha 3 a possibilidade de gravação de uma fórmula de *impensa* como F(*aciendum*) C(*urauit*) ou F(*ecit*), por exemplo.

Capeamentos de ara

Pequena nótula acerca da designação *Capeamento de ara*

Grande parte dos problemas que se colocam aos investigadores tem origem no campo lexical, sobretudo em áreas onde a investigação é ainda deficiente e a normalização de termos inexistente.

No campo dos elementos decorativos de monumentos funerários, que optei por denominar *capeamentos de ara*, a investigação está ainda longe de ser suficiente, resumindo-se quase exclusivamente a um trabalho académico de síntese que, de forma bastante abrangente, procura caracterizar estes elementos epigráficos no contexto do *Municipium Olisiponense*. De facto Carlos Vieira fundamenta o seu trabalho comparando a evolução estilística destes elementos com a do capitel jónico clássico. Consequentemente o autor opta pelo termo capitel para denominar a parte superior que decora alguns cipos prismáticos funerários, argumentando que apenas este termo define o sentido arquitetónico daquele outro. Carlos Vieira refere mesmo que o “emprego de termos como capeamento ou cabeça de ara [utilizado por vários autores portugueses ao longo da 2ª metade do séc. XX] só pode ser explicado através da palavra *caput* que morfologicamente significa cabeça, topo, extremidade”. Afirmo ainda que entre os autores consultados não encontrou “nenhum que empregasse este vocábulo no sentido arquitetónico” (Vieira, 1998, p. 106-107). Ora, penso que a opção pelo termo capitel incorre numa incoerência básica que é a de transpor nomenclatura de âmbito arquitetónico, de contexto muito específico, para um âmbito totalmente distinto – o epigráfico. De facto, o *capeamento de ara* terá uma função meramente decorativa, pontualmente funcional (quando apresenta *foculus* para libações) sobre um monumento funerário, não sendo identificável qualquer função arquitetónica.

Será, portanto, forçoso reconhecer nos capeamentos de ara ou de cipo prismático uma função arquitetónica. Ou poderemos afirmar que uma campa funerária de um qualquer cemitério contemporâneo é uma obra arquitetónica?

Na breve síntese dos vários termos utilizados pelos diversos autores que Carlos Vieira consultou são apresentadas as palavras escolhidas por António Giuliano (*coronamento*,

coronamento pulvinato, cornice superiore modonata) que, na minha opinião, parecem exprimir de forma clara a função decorativa destes elementos epigráficos reforçando a opção pelo termo português - *capeamento*. Este é, aliás, o termo utilizado nos trabalhos epigráficos mais recentes, ainda que por vezes seja ambígua a categoria onde se incluem estes elementos (ora arquitetónica, ora epigráfica, mas sempre com uma função decorativa).

Indistintamente denominados *capeamentos de cipo prismático* ou de *ara*, penso que tal confusão se deve à falta de contexto para estes elementos epigráficos. Contudo, de acordo com as definições de José d'Encarnação para os termos *ara* ⁴ e *cipo* ⁵ penso ser mais correta a utilização da expressão *capeamento de ara*. Será importante notar que os *capeamentos* parecem ser associados exclusivamente a monumentos fúnebres monumentais, semelhantes a altares funerários e a altares votivos oferecidos aos deuses e colocados à entrada dos templos. Consequentemente estes elementos epigráficos decorativos estão naturalmente associados a monumentos constituídos por três partes: *capeamento*, *cipo* (que José d'Encarnação denomina de *fuste*), *base*. A designação *capeamento de cipo* não estará totalmente incorreta se utilizada referindo-se apenas a uma parte constituinte da *ara*.

XIII

N.º DE INVENTÁRIO

ALC.002.006

DESCRIÇÃO

Capeamento de ara.

PROVENIÊNCIA

Igreja de S. Miguel de Alcainça.

LOCALIZAÇÃO

Depósito Oficial de Bens Arqueológicos da Câmara Municipal de Mafra.

HISTORIAL

Destacado da parede Norte da igreja matriz, junto à porta de acesso à torre, a cerca de 1,30 m do solo.

DESCRIÇÃO

Capeamento conservando o friso. O friso é decorado com arcos de volta perfeita, simétricos, inscritos, oito nas faces frontais e cinco nas faces laterais que Carlos Vieira denomina de “óvulos com moldura e setas” (Vieira, 1998, p. 193). Nas faces laterais o *capeamento* apresenta dois toros decorados com motivos vegetalistas estilizados incisos (folhas de palma de acordo com a descrição de Carlos Vieira) e cordão central envolvente em baixo relevo. Os topos em voluta terminam em rosetas quadrifólias. Na face frontal, ao centro, uma palmeta apertada ladeada por dois círculos em baixo relevo decorados com rosetas quadrifólias. A face posterior está totalmente fraturada, não se conservando qualquer tipo de decoração.

COMENTÁRIO

De acordo com o estudo de Carlos Vieira este *capeamento* apresenta um esquema decorativo bastante comum no *Municipium Olisiponense*, destacando a pequena dimensão do friso perante a parte superior. De acordo com a linguagem decorativa (friso de óvulos e setas e pequenas rosetas nas extremidades das volutas) aquele autor propõe datar este *capeamento* da segunda metade do séc. I.

CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA (VIEIRA, 1998):

tipo A.

TÉCNICA

Uso de bisel para execução dos elementos decorativos e punção nas áreas de desbaste (Vieira, 1998, p. 192).

MEDIDAS

73 x 56 x 27 cm



XIV

N.º DE INVENTÁRIO

ERI.040

DESCRIÇÃO

Capeamento de ara.

PROVENIÊNCIA

Pousada “Pedro, o Pescador”, Rua Eduardo Burnay, Ericeira. Reutilizado como bebedouro para animais.

LOCALIZAÇÃO

Arquivo-Museu da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira, sala Jorge Pereira Elias, r/c, sala contígua à sala principal do lado direito da Igreja da Misericórdia.

FIG. 7

Capeamento de ara embebido na parede Oeste, do lado esquerdo do pórtico central, da igreja matriz de Cheleiros, de Nossa Sra. do Reclamador. (fotografia de Carla Matias)

HISTORIAL

Proveniente da abertura das fundações da Pousada “Pedro, o Pescador”, na rua Eduardo Burnay, Ericeira, em 1942.

Erradamente este capeamento de ara está identificado no Arquivo -Museu da Misericórdia, Ericeira, como imposta de época visigótica. Existe mesmo, sobre a peça, um esboço datado da década de 40 que reconstitui a sua integração num pórtico visigótico como imposta.

DESCRIÇÃO

Capeamento de forma quadrangular do qual se conserva apenas o friso decorado nas 4 faces laterais com 2 folhas acantizantes e meia folha nas extremidades inseridas numa moldura na parte inferior e um cordão na parte superior, ainda que esteja exposta ao contrário. Parece-nos correto interpretar desta forma a posição do friso, já que existem vários paralelos semelhantes na área

geográfica mais próxima, nomeadamente o capeamento de cipo prismático proveniente de Póvoa de Sto. Adrião, Loures, de decoração semelhante (MNA, 2002) e vários outros exemplos depositados no Museu de Cascais.

Carlos Vieira define a gramática decorativa do seguinte modo: “folhas compostas por uma nervura central que, apesar de ser ampla na base, vai-se estreitando à medida que se dirige para o topo para novamente se tornar a alargar. Nervura central articulada com cinco lóbulos, dois de cada lado e um superior. De salientar que os lóbulos laterais são diferentes, enquanto que os inferiores são espinhosos os superiores são de topo arredondado. Folhas ligadas entre si na parte inferior, formando uma espécie de movimento oscilatório” (Vieira, 1998, p. 306).

COMENTÁRIO

Ainda de acordo com aquele autor a novidade da utilização de folhas acantizantes com diferentes tipos de lóbulos torna único este capeamento datando-o da segunda metade do séc. II (Vieira, 1998, p. 307).

CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA (VIEIRA, 1998)

Tipo B.

TÉCNICA

Uso de bisel para execução dos elementos decorativos e punção nas áreas de desbaste (Vieira, 1998, p.306).

MEDIDAS

22 x 58 x 55 cm.

DEPRESSÃO

profundidade: 12 cm; comprimento: 39cm.

XV

N.º DE INVENTÁRIO

CHL.003.006

DESCRIÇÃO

Capeamento de ara.

PROVENIÊNCIA

Desconhecida.

LOCALIZAÇÃO

Embebido na fachada principal da Igreja de Nossa Sra. do Reclamador, Cheleiros, do lado esquerdo do pórtico de entrada.

DESCRIÇÃO

Capeamento conservando friso. Friso decorado com nove arcos simétricos de volta perfeita (que Carlos Vieira classifica como folhas de água) e cordão superior com incisões na diagonal. Aquele autor refere ainda a representação de lúnulas sob os arcos ou folhas de água, parcialmente conservadas (Vieira, 1998, p. 235). Capeamento decorado por palmeta estilizada central, estrangulada, ladeada por dois círculos com rosetas quadrifólias inscritas com disco central saliente (Vieira, 1998, p. 234) e dois toros laterais cujo topo superior apresenta decoração helicoidal com botão central.

COMENTÁRIO

De acordo com a interpretação de Carlos Vieira este capeamento apresenta um esquema decorativo comum na área geográfica envolvente constituindo novidade a construção das folhas de água no friso (por ele denominado de plinto). Este elemento a par da utilização de um “cordão de pérolas e contas” a separar capeamento e friso permitem datar este capeamento de um período entre a segunda metade do séc. I e a primeira metade do séc. II (Vieira, 1998, p. 235).

CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA (VIEIRA, 1998)

tipo A.

TÉCNICA

Uso de bisel para execução dos elementos decorativos e punção nas áreas de desbaste (Vieira, 1998, p. 234).

MEDIDAS

22 x 58 x 55 cm.

DEPRESSÃO

profundidade: 12 cm; comprimento: 39cm.

XVI

N.º DE INVENTÁRIO

IGN.013.001

DESCRIÇÃO

Capeamento de ara.

PROVENIÊNCIA

Desconhecida.

LOCALIZAÇÃO

Igreja de Nossa Sra. da Conceição, Igreja Nova, Mafra.

HISTORIAL

Em 1994 este elemento epigráfico encontrava-se na galilé da Igreja matriz da Igreja Nova servindo de base de apoio à pia de água benta.

Posteriormente a igreja foi palco de obras de melhoramento tendo-se transferido a pia de água benta e o capeamento de ara que a suporta para o interior da igreja. Local onde aliás se mantém, à esquerda da porta de entrada.

DESCRIÇÃO

Capeamento decorado conservando o friso sem decoração. Na face frontal o capeamento é decorado por palmeta central estilizada de topo circular ladeada por dois círculos iguais, porém assimétricos, incisos com motivos florais estilizados (rosetas) representados por seis triângulos decorados com três pontos circulares, rematando com dois toros laterais simples, sem decoração, com cordão central em baixo relevo (observável nas faces laterais), cujo topo superior está decorado com volutas. Na face posterior o capitel é igualmente decorado por palmeta central, ladeada por dois círculos simétricos incisos com motivos florais estilizados iguais, porém assimétricos, representados por três triângulos decorados com três pontos circulares inscritos em baixo relevo; que por sua vez estão ladeados pelos topos superiores dos toros que terminam em voluta.

COMENTÁRIO

É notório o abstraccionismo (geometrismo) do artífice sobretudo nos motivos florais estilizados e nos toros sem decoração. Trata-se claramente de uma linguagem decorativa bastante distinta das anteriores, como já havia notado Carlos

Vieira. Esta adoção de novos esquemas decorativos poderá ser reflexo de uma forte criatividade desenvolvida no âmbito de um meio profundamente romanizado onde se incentiva a criação artística como meio de afirmação social dos encomendantes.

De acordo com o estilo Carlos Vieira data este capeamento do séc. III e nota a semelhança com um outro de Odrinhas, em exposição no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, reconstituído sobre um cipo cujas características epigráficas remetem para o séc. II-III (Vieira, 1998, p. 340).

CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA (VIEIRA, 1998)

tipo C.

TÉCNICA

Uso de bisel para execução dos elementos decorativos e punção nas áreas de desbaste (Vieira, 1998, p.339).

MEDIDAS

63,5 x 7 cm

24 x 21 cm

Considerações finais

O conjunto epigráfico apresentado parece tratar de cidadãos profundamente romanizados quer na onomástica quer nos hábitos e costumes que transmite.

Se não vejamos: todos os cidadãos masculinos (7 inumados e 1 dedicante) são identificados pelos seus *tria nomina*, entre os quais quatro têm a referência da tribo de inscrição. Em relação à onomástica feminina todas as cidadãs são apresentadas por *duo nomina*, à exceção da dedicante da estela V, identificada ao modo local com um nome apenas e a filiação de cariz tipicamente hispânico.

A maioria das inscrições diz respeito a ofertas expressas com fórmulas de *impensa* que revelam, mais do que o poder económico, o estatuto social do dedicante e do inumado. Reveladoras também da importância das relações sociais e familiares, estas dedicatórias são quase sempre oferecidas por membros

femininos da família (mãe: V, IV, IX e avó: II) com papel preponderante sobre os inumados.

O uso deste tipo de fórmulas (sobretudo D S F C) em conjunto com o nome do dedicante em nominativo, apesar de ser já frequente, multiplicou-se durante o Império, em particular durante a primeira metade do imperialato de Tibério, sendo revelador de *impensa* e um meio de ostentação de poderio e riqueza, utilizado sobretudo em inscrições monumentais (Ribeiro, 1982-83, p. 273-274). Como já referido, segundo o mesmo autor a fórmula DSFC parece ter um caráter exclusivamente funerário, sendo também frequente na zona W do município olisiponense (*Ibidem*, p. 274). Por esta razão penso que não será incorreto inferir que a sua utilização era feita por pessoas perfeitamente integradas na sociedade romana, cuja evidência social impunha um destaque funerário monumental.

No que diz respeito às restantes fórmulas utilizadas destaco apenas LEC, utilizada no cipo I. Pela sua raridade a maioria dos autores ignorou a grafia, ora fazendo uma leitura diferente, ora sugerindo tratar-se de um erro de lapicida. A verdade é que esta fórmula, aparentemente única na Península Ibérica, tem paralelos claros em duas inscrições romanas provenientes de duas áreas distintas do Império Romano (Itália e Síria). Trata-se de um caso comum no qual o defunto, em vida, delegava em alguém da sua confiança a responsabilidade de mandar executar um monumento funerário em sua memória para que ele não fosse esquecido e as suas obrigações (religioso-sociais) fossem cumpridas. O dedicante desta inscrição é aqui identificado como o legatário do monumento.

Quanto aos *nomina* registados nota-se a esperada frequência do *nomen Iulius* (com cinco ocorrências), adoptado do *nomen* do imperador Augusto e de *Felicitas Iulia Olisipo*. Este processo de romanização através da onomástica é bastante claro na estela IV onde a dedicante é apresentada de forma arcaica indígena (nome hispânico e filiação)

e o inumado é identificado através dos seus *tria nomina*, mas sem filiação e tribo e um *cognomen* indígena.

É importante notar também a frequência dos *nomina* latinos *Caecilius/-a* (2 ocorrências) e *Maria* (2 ocorrências) que, frequentes no *ager olisiponensis*, ocorrem aqui em partes distintas do concelho de Mafra, mas concentradas na sua parte Norte (Encarnação, Sto. Isidoro), junto da costa marítima no caso da *cupa* de *Maria Quintilla*, e em S. Miguel da Alcainça.

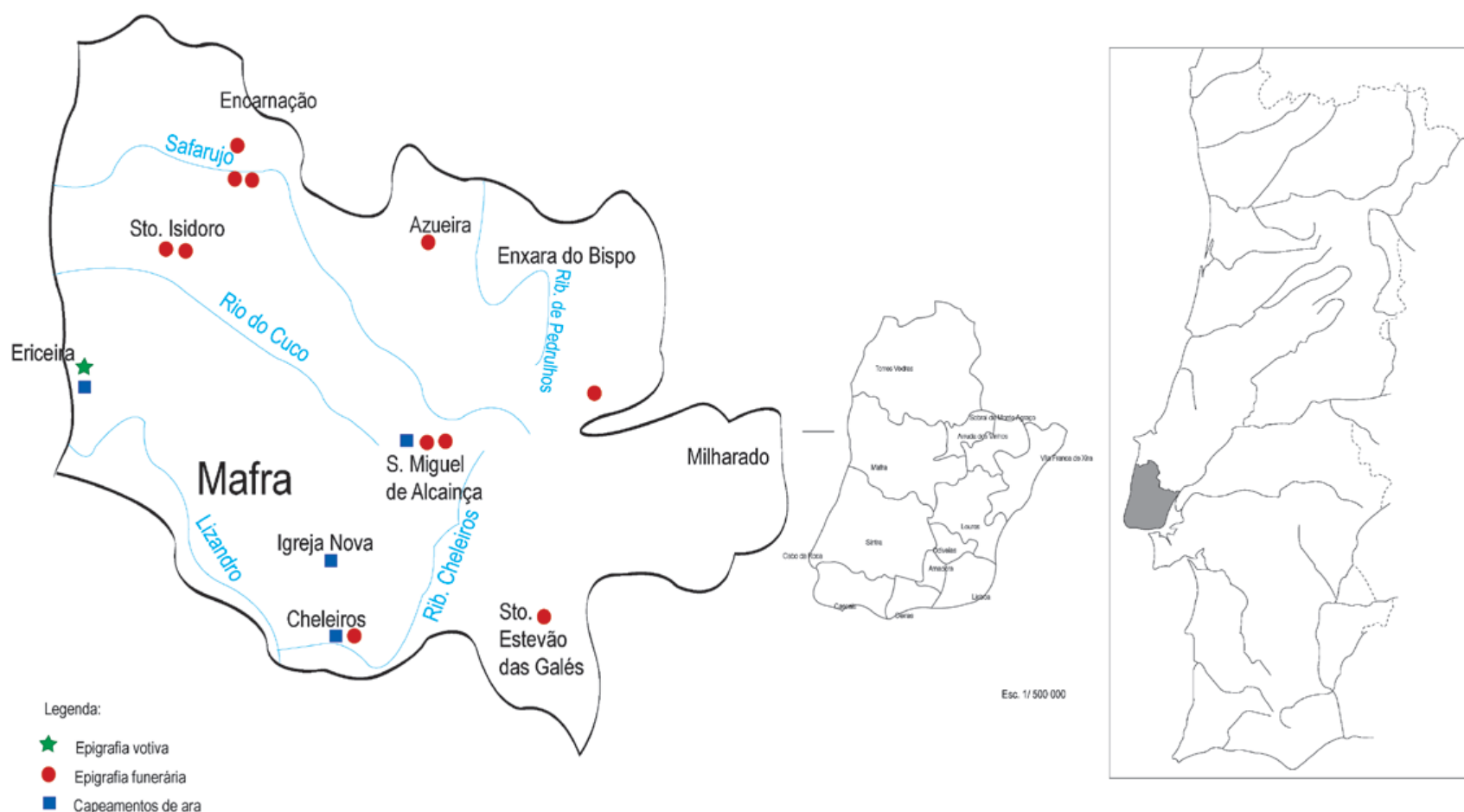
Os *cognomina* são maioritariamente latinos, denotando um elevado grau de romanização. Destacam-se os *cognomina* *Maxuma* (na sua forma mais recente) e *Amoena* pela sua frequência em toda a Península Ibérica e em particular na área geográfica do *ager olisiponensis*.

Todos os nomes remetem para cidadãos romanos/romanizados, à exceção da estela IV, claramente referente a indígenas, não parecendo existir indícios de inumações de libertos no conjunto analisado. Esta constatação poderá relacionar-se mais com o afastamento do centro urbano de *Olisipo* e das suas influências cosmopolitas do que com a não existência provisória destas evidências.

Em relação à idade apenas três inscrições têm esta referência: IV, VI (2 x) e VII. Ao contrário do que é comum as idades indicadas não são arredondadas (51, 22 e 27 anos respetivamente nas inscrições IV e VII), à exceção da idade referida na inscrição VI (20 anos).

Não é possível precisar num período específico a datação de todo o conjunto, já que as várias inscrições remetem para um período lato de tempo entre o séc. I e finais do séc. II - inícios do séc. III. Trata-se, portanto, de um conjunto epigráfico bastante heterogéneo que, *grosso modo*, revela uma profunda romanização das populações que o produziram.

É curioso notar, contudo, que a estela funerária V, com evidências de profundo



indigenismo na forma de ordenação do texto e na onomástica da dedicante (*Aleba Arconis / F*) provém do Casal do Rosário, Encarnação. Este lugar situa-se muito próximo de Torres Vedras onde Vasco Mantas notou a “existência de um estrato populacional indígena, pouco romanizado, conservador [...] contrastando com “a presença de um importante grupo direta ou indiretamente relacionado com a colonização romana [...] refletindo a proximidade de Olisipo” (Mantas, 1982, p. 5). Também no conjunto em análise se verifica este contraste. Basta observar as duas inscrições identificadas na Quinta dos Chãos, em Santo Isidoro (VI e VII) e compará-las com a referida estela V de proveniência bastante próxima (Casal do Rosário, Encarnação) para verificarmos que estas observações feitas por Vasco Mantas para o conjunto epigráfico do Museu Municipal de Torres Vedras parecem ser válidas também para o de Mafra.

FIG. 8
Enquadramento geográfico geral do concelho de Mafra e localização dos achados epigráficos

Distribuição geográfica

Ao nível geográfico há que notar as profundas assimetrias que certamente condicionaram e determinaram as ocorrências registadas e a sua distribuição. Assim, verifica-se que na zona Sul do concelho de Mafra apenas há registo de monumentos epigráficos em Cheleiros, Alcainça, Igreja Nova e Santo Estevão das Galés; na zona Norte foram identificadas inscrições romanas na Azueira, Encarnação e Santo Isidoro. Verifica-se, até ao momento, a total ausência de evidências epigráficas nas zonas Este, Central e Oeste (exceptuando a árula votiva da Ericeira). Ainda que esta ausência de monumentos ou vestígios materiais romanos se possa dever à necessidade de

trabalho sistemático de prospeção arqueológica, a verdade é que a geografia desta área, bastante acidentada, parece ter funcionado em época romana como uma forte condicionante da fixação humana nesta região.

Por outro lado, as características geográficas do terreno associadas às semelhanças tipológicas, formais e culturais da epigrafia do Norte e Sul do concelho de Mafra, permitem-nos associar cada uma delas à sua área geográfica mais próxima (Torres Vedras e Odrinhas, respetivamente) interpretando o concelho de Mafra como uma área geográfica de charneira que estabelece a fronteira entre a zona W do município olisiponense e o *ager olisiponensis* que corresponde ao atual território de Torres Vedras. Na verdade, a própria heterogeneidade epigráfica do conjunto estudado reflete a individualização própria de territórios fronteiriços, locais privilegiados de introdução e aquisição de novos hábitos culturais, sociais e políticos que, distantes de *Olisipo*, rapidamente adotam as transformações aí ocorridas.

Resta-nos agora aguardar pelo desenvolvimento da investigação arqueológica nesta área geográfica no âmbito do conhecimento, caracterização e investigação de sítios arqueológicos de cronologia romana. O conhecimento da organização da paisagem, da arquitetura e da organização social, política e cultural de então permitirá enquadrar e completar o estudo que agora se apresenta, compreendendo o seu contexto e a importância dos dados sociais, culturais, económicos e políticos extrapolados.

Esta compilação pretende ser uma inventariação detalhada e em aberto da epigrafia romana de Mafra que permita, como afirmava no início, a divulgação, a proteção e a valorização deste espólio que é parte integrante e estruturante da identidade do espaço geográfico e humano onde foi produzido e preservado ao longo de séculos. Será que queremos ser responsáveis pelo seu desaparecimento, pela sua destruição após séculos de preservação?

Notas

¹Técnica superior do Gabinete do Património Histórico-Arquitectónico e Artístico da Câmara Municipal de Mafra.

²Técnica superior do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra.

³Técnica superior do Gabinete do Património Histórico-Arquitectónico e Artístico da Câmara Municipal de Mafra.

⁴Ara – “monumento votivo ou funerário constituído por capitel (trabalhado e com fôculo), fuste e base. A inscrição vem no fuste”. (Encarnação, 1979, p. 7)

⁵Cipo – “Designação, frequente, sem sentido preciso. Deve aplicar-se com mais propriedade a uma ara sem capitel trabalhado”. (Encarnação, 1979, p. 7).

Projeto Lisboa Romana *Felicitas Iulia Olisipo*

PELOURO DA CULTURA Catarina Vaz Pinto	Camara Municipal de Almada; Câmara Municipal da Amadora; Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos; Câmara Municipal de Cascais; Câmara Municipal de Loures; Câmara Municipal de Mafra; Câmara Municipal de Moita; Câmara Municipal de Oeiras; Câmara Municipal de Palmela; Câmara Municipal de Seixal; Câmara Municipal de Sesimbra; Câmara Municipal de Sintra; Câmara Municipal de Torres Vedras; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira; Centro de Arqueologia de Almada; Direção Geral do Património Cultural (DGPC); DGPC/ Direção Regional de Cultura do Norte; DGPC/ Museu Nacional de Arqueologia (MNA); EGEAC – Cultura em Lisboa (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural E.M.); Empark Portugal – Empreendimentos e Exploração de Parques, S.A.; Empatia – Arqueologia Lda.; Eon – Indústrias Criativas LDA.; Eurostar Museum Hotel (Lisboa); Era – Arqueologia, Conservação e Gestão de Património S.A.; Hotel Governador (Belém, Lisboa) / Nau/Hotels & Resorts; Museu Arqueológico do Carmo/ Associação dos Arqueólogos Portugueses; Museu do Dinheiro/ Banco de Portugal; Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS); Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC)/ Fundação Millennium BCP; Neoépica – Arqueologia e Património LDA.; The7 Hotel (Lisboa); Veiga de Mago – Sociedade de	Serviços Financeiros e Investimentos LDA.; Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior/ Instituto Universitário Egas Moniz e Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz (CIIEM); Universidade de Aveiro - Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas; Universidade de Coimbra/ Faculdade de Letras/ Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP); Universidade de Évora / Laboratório Hércules; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Arquitetura/ Forma Urbis LAB; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Ciências/ Departamento de Geologia; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ); Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa (CEC); Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Instituto de História de Arte (ARTIS); Universidade de Lisboa/ Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP); Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Instituto de Estudos Medievais (IEM); Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas /Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA); Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Departamento de História de Arte.
DIREÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA Manuel Veiga		
DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO DA CULTURA Jorge Ramos de Carvalho		
CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA António Marques		
COORDENAÇÃO GERAL Jorge Ramos de Carvalho		
GESTÃO DE PROJETO Inês Morais Viegas (coord.) – DPC/DMC/CML António Marques – CAL/DPC/DMC/CML Cristina Nozes – CAL/DPC/DMC/CML Manuel Oleiro – EGEAC		
PARCEIROS DO PROJETO ArqueoHoje – Arqueologia, Conservação e gestão de Património LDA.; Câmara Municipal de Alcochete; Câmara Municipal de Alenquer;		

Livro

TÍTULO Lisboa Romana <i>Felicitas Iulia Olisipo</i> , Os Monumentos Epigráficos	COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO Ana Caessa – CAL/DPC/DMC/CML Ana Sofia Antunes – CAL/DPC/DMC/CML Cristina Nozes – CAL/DPC/DMC/CML Inês Morais Viegas (coord.) – DPC/DMC/CML	EDIÇÃO CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
COORDENAÇÃO DO VOLUME Ana Caessa – Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL/DPC/DMC/CML)	© Câmara Municipal de Lisboa, autores dos textos de cada volume e editora Caleidoscópio.	CALEIDOSCÓPIO - EDIÇÃO E ARTES GRÁFICAS, SA Telef.: (+351) 21 981 79 60 Fax: (+351) 21 981 79 55 caleidoscopio@caleidoscopio.pt www.caleidoscopio.pt
Ricardo Campos – Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (CMSINTRA)	DESIGN GRÁFICO José Ribeiro	
INVESTIGAÇÃO E AUTORIA Amílcar Guerra Carla Matias Cézer Santos Florbel Estêvão José d'Encarnação Lídia Fernandes M. Manuela Alves Dias Ricardo Campos Sara Henriques Reis Sílvia Teixeira	ISBN 978-989-658-608-9	
	DEPÓSITO LEGAL 463308/19	
	TIRAGEM 1.500 exemplares	